

TEMAS IMPORTANTES DA GEOGRAFIA RURAL NA BIBLIOGRAFIA RECENTE (PARTE VI)

OS PEQUENOS E MÉDIOS AGRICULTORES E A POLÍTICA AGRÁRIA

Abrangendo o período de 1960-75, de crise permanente da agricultura portuguesa (estagnação da produção; baixos níveis de vida de grande parte da população activa agrícola), mas também de mudanças sociais e políticas, o estudo de AGOSTINHO DE CARVALHO ⁽¹⁾ procura explicar aquela pela inadequação do modelo dominante de desenvolvimento à realidade sócio-estrutural, onde preponderam as pequenas e médias explorações, sobretudo na região a norte do Tejo: a modernização da agricultura implicaria grandes explorações modernas e eficientes (empresas capitalistas e cooperativas de produção), ou seja, mecanizadas, com largo consumo de adubos, pesticidas e herbicidas, não intensivas em mão-de-obra mas muito intensivas em capital circulante. «A dominação ideológica deste modelo de desenvolvimento é tão forte que se manteve no essencial num período de grandes transformações como foi o que se registou no nosso País no pós 25 de Abril, em 1974 e 1975» (p. 142).

A sua análise crítica não se perde em considerações teóricas: apoia-se sistematicamente em estudos locais, estudos de casos e estudos sectoriais; procura elaborar um modelo alternativo ajustado ao condicionalismo social da produção, centrado nos pequenos e médios agricultores familiares, «considerados como sujeitos e não como objectos de uma política» (p. 17), e envolvendo novas tecnologias.

(1) AGOSTINHO de CARVALHO, *Os Pequenos e Médios Agricultores e a Política Agrária no Período 1960-75. Perspectivas de Desenvolvimento da Agricultura*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Fundação Calouste Gulbenkian, Oeiras, 1984, 412 p., 121 quadros estatísticos, 29 figuras (mais anexos estatísticos, em volume à parte).

Proposta aliciante, principalmente para quem foi capaz de aprender a ouvir e se esforçou por compreender as dificuldades dos agricultores, sobretudo se teve responsabilidades governamentais, mas difícil, delicada, e até polémica, num meio científico e culturalmente ainda muito subordinado aos padrões de progresso dominantes nos anos 60 nos países industriais do mundo ocidental; recorde-se que a exploração familiar representa 85% do número de explorações, assegura 60% do PAB, afirmou-se nos últimos decénios em detrimento da patronal e manter-se-á num futuro próximo, pela combinação da pressão demográfica (retracção do êxodo nas componentes emigratória e interna) e da rigidez das estruturas fundiárias.

O volume compreende três partes: Transformações técnicas, económicas e sociais da agricultura na sub-região de «Torres» no período 1960-73 (p. 21-142); os pequenos e médios agricultores familiares e a política agrária na região a Norte do Tejo nos anos de 1974 e 1975 (p. 143-245); perspectivas de desenvolvimento da agricultura (p. 249-401). Precedem-nas uma Introdução sintética e prolongam-nas uma Conclusão também sumária, além dos pequenos resumos em português, francês e inglês. A bibliografia apenas foi indicada à medida da sua utilização directa. Aproveitamos estas referências breves para confessar que gostaríamos que o autor tivesse desenvolvido um pouco mais a Introdução e a Conclusão, de modo a prender facilmente o leitor apressado e, sobretudo, o pouco familiarizado com tal problemática: o livro ganharia maior valor didáctico, que poderia ser acrescido com a indicação final da bibliografia utilizada, ou pelo menos dos seus títulos fundamentais.

Na I Parte AGOSTINHO de CARVALHO aprecia os pressupostos e o alcance do modelo de desenvolvimento dominante até 1974, através da difusão de inovações na cultura da vinha na área social da Adega Cooperativa de Dois Portos, designadamente a difusão dos herbicidas. A sua análise é também uma crítica à teoria clássica de difusão de inovações, que considera como meio de transmissão dos objectivos do modelo de industrialização da agricultura. No caso em estudo, os processos de difusão traduzem os modos de produção, a estrutura social e a estrutura do poder económico: grandes proprietários, com domínios fundiários de mais de 50 ha, que foram antigos solares da nobreza, concentrando outrora o poder económico e político (clientela dos cultivadores-parceiros); afirmação económica e social dos grandes empresários capitalistas, inovadores e aderentes da 1.ª hora à mecanização, — motocultivador, tractor, atomizador —, à renovação das plantações, com novas castas muito produtivas em terras de várzea, aos adubos e aos herbicidas; agricultores com explorações médias, micropatronais, e outros com explorações pequenas, familiares, que aderiram apenas parcialmente ou pelo menos mais tarde a algumas inovações; numerosos cultivadores de pequeníssimas explorações de complemento de outras actividades, que se comportaram como retardatários ou não adoptantes, por várias razões, nomeadamente disponibilidade de mão-de-obra familiar, dependência do proprietário quando cultivadores-parceiros, necessidade de prolongar as culturas intercalares, de autoconsumo (sobretudo em relação ao herbicida, acessível através da cooperativa, e apesar do grande esforço do trabalho de cava).

Verifica-se que os inovadores e os primeiros aderentes possuem grandes explorações de conta-própria, com terra de várzea e de encosta suave, especializadas na vinha e trabalhadas por assalariados, o que as tornou sensíveis à escassez e custo da mão-de-obra local, da região e das Beiras: são os agricultores mais ricos, com estatuto social mais elevado, menor idade, maior grau de instrução, acesso a canais de comunicação interpessoais, cosmopolitas e locais mas externos aos agricultores, mais viajados, com maior mobilidade (automóvel). Pelo contrário, os retardatários dispõem de explorações pequenas, muitas vezes de parceria e em encostas de acentuado declive, são idosos, analfabetos e têm poucos contactos com o exterior.

A estrutura produtiva, bastante assimétrica e hierarquizada, em relação com a assimetria na posse da terra, conduziu a diferentes produtividades dos factores, à acumulação de riqueza pelas maiores unidades que se modernizavam (rendas de inovações) e ao reforço do seu poder de domínio (conhecimento e aplicação duma nova tecnologia), com consolidação e reprodução do poder da classe dominante e alimentação das relações de dependência existentes na sociedade (p. 141): melhores condições de produção quanto a factores permanentes (solos, sistema de plantação, castas e porta-enxertos) e modificadores (podas, amanhos do solo, adubações e tratamentos fitossanitários). «Os grandes agricultores são mais eficazes economicamente porque detêm a propriedade das terras de várzea e têm disponibilidades financeiras para fazer novas plantações de vinha. Os outros agricultores, nomeadamente os muito pequenos e os pequenos, não têm à partida possibilidades de decidir sobre a plantação de vinha em várzea pela razão muito simples de não serem proprietários desta classe de terrenos (...). O grupo dos grandes agricultores inovadores coincide com o dos proprietários que têm praticamente o exclusivo das terras de várzea. É também nas mãos deste pequeno número de agricultores capitalistas que se encontra o poder económico» (p. 73), inclusive na adega cooperativa (d direcção desde 1966), o que lhes permitiu afirmar a valorização da má qualidade das novas variedades brancas altamente produtivas⁽²⁾. Outros benefícios derivaram da política oficial quanto a crédito, selectiva e marginalizante (garantia hipotecária; investimentos para aquisição de máquinas, para instalação de plantações com imposição de padrões técnicos, e ainda para construções e compra de propriedades) e quanto a intervenções no mercado, com garantia de escoamento do vinho (nos anos de grandes colheitas) a preços lucrativos, através da Junta de Colonização Interna e da Junta Nacional do Vinho, respectivamente: «foram os grandes agricultores que maiores vantagens económicas tiraram quer da concessão dos empréstimos realizados ao abrigo do Fundo de Melhoramentos Agrícolas, da Junta de Colonização Interna (...) quer da política de preços feita pela Junta Nacional do Vinho, a qual lhes permitiu apreciáveis níveis de remuneração dos custos, mesmo nos anos de grande produção» (p. 109).

(2) «Do ponto de vista do grande agricultor a instalação das castas brancas altamente produtivas nos solos de várzea é a maneira correcta de ele maximizar o seu rendimento. Decisão racional face à política de preços e aos recursos em terra e disponibilidade para o investimento de que dispõe. (...). A crítica à utilização dos solos de várzea para a cultura da vinha, que se pode pôr a nível global (...) deve ser separada da racionalidade da decisão ao nível do agricultor» (p. 129).

Em síntese, «em Dois Portos, é o poder económico dos agricultores e as medidas de política do governo que na realidade definem quem é inovador e quem é retardatário» (p. 138): dimensão da exploração, estratégias de comunicação das empresas de venda de máquinas e herbicidas (encontro com poucos mas grandes clientes potenciais: maior lucro com menos investimentos) e dos serviços oficiais de assistência técnica e extensão rural (despesas de funcionamento), canais de informação estreitamente ligados à estrutura social: «cada grupo de agricultores tem os seus líderes (...) embora alguns exerçam esse papel a mais do que um grupo: (p. 123-124), e pelas medidas de política governamental, designadamente nos domínios do crédito e dos preços de intervenção no mercado. «As variáveis sócio-culturais que considerámos ao nível do agricultor têm (...) um papel secundário na adopção das inovações estudadas» (p. 137): os agricultores, em termos de comportamento inovador, não devem ser considerados fora do seu contexto estrutural (importância dos factores externos aos próprios agricultores).

Se o modelo de desenvolvimento agrícola visa a industrialização do sector, com aplicação de tecnologia apelando a capital intensivo, perante o qual as grandes empresas são mais eficazes economicamente, e se se considera que os inovadores e os primeiros adoptantes correspondem necessariamente aos agricultores com maiores explorações (maior propensão para inovar), dificilmente se pode esperar que se desenrole um processo de verdadeiro desenvolvimento espalhando-se rapidamente em «mancha de óleo»: nem todos os agricultores têm as mesmas possibilidades de adoptar as tecnologias modernas, não por razões sócio-culturais e psicológicas mas por diferente lógica de produção (outros objectivos além do lucro; diferente aparelho de produção, onde importarão tecnologias modernas intensivas em trabalho), diferentes contactos, informação e apoios (particularmente nos casos em que a inovação não envolve economias de escala significativas e convém a muitos (como o herbicida, embora por diferentes razões). «O modelo técnico difundido é o que interessa às grandes explorações (...). Aos pequenos e médios agricultores, estratos dominados, resta unicamente aproveitar a seu favor, quando tal é possível, as medidas de política e as tecnologias pensadas para as grandes explorações» (p. 141).

Este tipo de crítica à teoria clássica de difusão de inovações e às suas consequências nas políticas de desenvolvimento não é novo: veja-se, por exemplo, KEITH GRIF-FIN, *The Political Economy of Agrarian Change. An Essay on the Green Revolution*, Macmillan Press, London, 1978 (2.ª edição), familiar dos estudantes de Geografia, alunos de Geografia Rural. No entanto, a sua verificação bem alicerçada num sector e numa região agrícola do nosso País constitui aquisição importante, pelos ensinamentos e pela metodologia: inquéritos directos a agricultores — amostragem socialmente estratificada, a partir da dimensão das explorações — elaborados, concretizados e interpretados por quem conhece os reais problemas do sector, o alcance e as exigências das diferentes tecnologias e as lógicas de funcionamento dos diferentes tipos de empresa agrícola, fruto duma longa prática de trabalho de campo.

Na II Parte o autor procura mostrar a permanência, a seguir ao 25 de Abril, do modelo tradicional de desenvolvimento da agricultura portuguesa, o qual se funda-

mentava — como se sublinhou — na correspondência grande exploração = exploração moderna e eficiente. As estruturas produtivas do Continente continuam, porém, a ser dominadas pelas explorações familiares (número de empresas, área, trabalho, produto e até mesmo produção comercializada), nomeadamente na região a norte do Tejo e sobretudo no Norte Litoral, muitas autónomas, outras semifamiliares e a maioria não autónomas. As suas condições de produção eram, e são, muito diversas (naturais, estruturais, jurídicas, sociais e locativas), tal como os respectivos sistemas de produção. Estas áreas rurais identificavam-se, aliás, como as mais desfavorecidas do país, quanto a nível e condições de vida da população.

Relevância económica e demográfica e situação claramente desfavorecida justificavam medidas de política adequadas. O autor analisou as tomadas em 1974 e 1975, nomeadamente as referentes a preços de produtos e de factores, à comercialização, ao crédito e ao arrendamento, e procurou conhecer as suas incidências nos réditos dos pequenos e médios agricultores familiares. Tenha-se em conta que «as receitas monetárias dos agricultores dependem, num determinado sistema de produção e dentro do mesmo escalão de dimensão, essencialmente dos preços dos produtos agrícolas, dos preços dos consumos intermédios (...) e dos encargos inerentes a salários, rendas, impostos, etc.» (p. 161) (receitas em dinheiro — encargos monetários da exploração = disponibilidades monetárias familiares provenientes da exploração/por ano).

Os preços dos factores de produção aumentaram consideravelmente em Agosto de 1974, em especial os dos adubos, rações e gasóleo, que estagnaram ou diminuíram (adubos) no ano seguinte, quando se repetiram os acréscimos dos referentes aos tractores, mão-de-obra, sementes, pesticidas e herbicidas. Estes aumentos dos custos não foram totalmente compensados pelos dos preços e agravaram os problemas de rentabilidade das explorações. AGOSTINHO de CARVALHO analisou-os nos ramos de vinho, batata, leite, carne de bovino, material lenhoso e resina (importantes na composição do PAB a norte do Tejo e nas relações dos pequenos e médios agricultores com o mercado), embora com diferentes graus de aprofundamento, ditados pela informação disponível (desde estudos de casos a dados de natureza meramente qualitativa), valorizando o conjuntural (consequências imediatas nas receitas dos agricultores, com expressão no seu comportamento político).

Quanto ao vinho, os réditos dos produtores baixaram, por diminuição do preço do vinho (crise do comércio armazenista; volume da colheita de 1974 e intervenção da Junta Nacional do Vinho tardia, de alcance limitado e subordinada às insuficientes dotações do Estado) e aumento dos custos dos factores de produção. No que respeita à batata, a abundância da colheita de 1974 determinou a intervenção da Junta Nacional das Frutas no início de 1975 (tal como a escassez da seguinte, mas inversa — importação e fixação de preços máximos ao consumidor): a política de preços favoreceu os produtores do distrito de Aveiro mas não os de Guarda, Viseu e Vila Real (menores réditos por quilo produzido), sobretudo os mais pequenos (que vendem as suas colheitas nos meses em que os preços são mais baixos), até porque a intervenção oficial foi tardia para eles e pouco operativa (distância dos armazéns onde deviam ser feitas as entregas; pagamentos a prazo e atrasos nos mesmos;

exigência de qualidade). No sector leiteiro, o confronto das evoluções dos custos unitários de várias estruturas de produção exemplificativas e dos preços do leite na produção, incluindo subsídios de qualidade (equipamento mecânico de ordenha e refrigeração, de instalação também subsidiada a fundo perdido), permitiu-lhe afirmar que de Janeiro de 1974 a Agosto de 1975 houve agravamento do défice orçamental dos produtores e redução dos seus rendimentos disponíveis (mesmo sem inclusão dos valores do trabalho e da renda da terra), pelas demoras na revisão dos preços do leite, pelo nível baixo destes relativamente aos das rações, grande componente dos custos, e uma vez mais pelos atrasos na implementação das novas tabelas e no pagamento dos retroactivos. As conclusões da análise do ramo bovino de carne são semelhantes: a relação preço do mercado/custo da alimentação necessária à produção de 1 kg de carne diminuiu de Agosto de 1974 a Julho de 1975, gerando o descontentamento dos criadores e motivando a intervenção da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, que fracassou, pela complicação do processo de venda dos animais (pré-inscrição, entrega posterior no matadouro, com os inerentes custos de transporte, e só mais tarde, por vezes bastante mais tarde, a guia de pagamento e o levantar do dinheiro), levando a preferir os intermédios e as vendas na feira, tanto mais que aqueles pagavam prontamente e a preços superiores aos de garantia.

«A política de preços praticada entre Maio de 1974 e Agosto de 1975 conduziu na quase totalidade dos produtos estudados (...) a uma diminuição das receitas monetárias originadas nas explorações dos pequenos e médios agricultores da região a norte do Tejo, comparativamente às que tinham obtido em 1973» (p. 198). O mesmo sucedeu nos ramos da resina e do material lenhoso, sobretudo por diminuição do preço da primeira e aumento dos custos sem evolução paralela dos preços dos toros pagos pelas fábricas de celulose, e mesmo com redução destes, no último. Esta conclusão ganha significado quando se recorda o aumento do custo de vida então verificado: o nível de vida das famílias agrícolas baixou e acentuou-se a distância que as separava dos operários, dos pedreiros... e até dos trabalhadores rurais, entretanto beneficiados por aumentos reais dos seus salários.

O balanço das medidas referentes ao crédito agrícola e ao arrendamento não é significativamente mais positivo. Os pequenos e médios agricultores continuaram afastados do crédito agrícola, não obstante muitas das medidas tomadas a seguir ao 25 de Abril os visarem (Crédito Agrícola de Emergência): primeiro, por falta de dinheiro, mesmo para compromissos assumidos anteriormente pelo Estado; depois, nomeadamente por dificuldades de implantação e funcionamento das entidades intermediárias, pela própria política de preços, dos factores de produção e dos produtos agrícolas, e pelas dificuldades de escoamento de muitas produções. Quanto ao arrendamento, com muito peso nas pequenas explorações a Norte do Tejo (mas também presente nas outras), a nova legislação não foi cumprida, sobretudo por não ter considerado a diversidade de senhorios e de rendeiros ⁽³⁾ e a das terras de renda

(3) Situação profissional e económica dos parceiros e dos proprietários (senhorios pobres, idosos ou doentes; emigrantes) e tipos de relações entre uns e outros; caseiros-rendeiros-agricultores pluriactivos, simultaneamente proprietários e senhorios, etc.

(rendas máximas injustas) e não ter sido acompanhada de outras medidas complementares (integração dos caseiros nas cooperativas, crédito não hipotecário), mas também pela dependência dos caseiros perante os senhorios (habitação, crédito, etc.) e pelo isolamento geográfico e social dos caseiros (p. 215-219).

A finalizar a II Parte do livro, AGOSTINHO de CARVALHO fala-nos «Da coerência das medidas de política agrícola empreendidas em 1974 e 1975 com o modelo subjacente ao desenvolvimento agrícola prosseguido na mesma época» (p. 223). A sua ineficácia resultou do modo como foi encarado o papel dos pequenos e médios agricultores na transformação da agricultura. Estruturas deficientes, anacrónicas, economicamente inviáveis, tecnicamente não modernizáveis, marginais, deveriam remodelar-se, no sentido de empresas agrícolas familiares económica e socialmente viáveis ou no de cooperativas de produção integral, mesmo se com passagem transitória por cooperativas de empresários mais ou menos polivalentes. Em qualquer dos casos, houve prolongamento da velha e discutida ideia da superioridade económica da grande exploração e pouca sensibilidade às aspirações dos agricultores familiares, que apenas pretendiam uma vida melhor, mais próxima da dos outros grupos profissionais. Aliás, «a subida dos preços de alguns produtos agrícolas registada em 1975, e que mais tocavam os pequenos e médios agricultores, só foi aceite por alguns responsáveis governamentais porque a consideravam mais como uma medida de assistência social do que económica» (p. 244). A exploração das desilusões, frustrações e descontentamentos permitiu o reforço da anterior estrutura de poder na região a norte do Tejo, assente nos grandes empresários agrícolas e/ou nos grandes proprietários, através dos quais se estabelecem as relações com a sociedade englobante, a persistência das relações de dependência e submissão dos pequenos e médios agricultores (e com elas, o reforço da dependência ideológica do passado).

Interessante, concreta, viva, irreverente, sentida, esta II Parte deixa-nos, contudo, o desejo de conhecer o que se passou nos anos seguintes, de que a análise abrangesse um período mais longo, até porque o estudo só foi ultimado em 1983, embora compreendamos que aquele baste à discussão da tese do autor e reconheçamos estar a propor-lhe a elaboração duma outra obra.

A falência da política no sentido da grande exploração (estagnação da produção, subutilização dos recursos naturais, importações vultosas de produtos para o fabrico de rações, sobretudo milho) levou o autor a se interrogar sobre se serão possíveis outras alternativas, ajustadas às «condições sociais concretas que enquadram as explorações agrícolas» e atendendo «à lógica de funcionamento dos diferentes tipos de unidades produtivas existentes (...) e às influências da pressão demográfica, emigração, industrialização em meio rural e regime sucessório (...) nas estruturas da propriedade e das explorações» (p. 258) (estabilidade e não desaparecimento da pequena exploração).

No capítulo VII AGOSTINHO de CARVALHO procurou discutir se se trata de «Crise da agricultura ou crise das concepções de modernização da agricultura», analisou a interferência dos diferentes factores habitualmente apontados como responsáveis daquela, desde os solos e o clima à idade, analfabetismo e individualismo dos

agricultores, passando pelas estruturas fundiárias e das explorações, e a concluir atribui-a ao facto de a grande exploração ter sido a norma dos modelos de desenvolvimento e a teoria dos líderes o suporte da extensão rural, esquecendo o predomínio social e económico das pequenas e médias explorações: actuação selectiva sobre um número reduzido de agricultores, os agricultores-guias das zonas-piloto. São exemplos significativos os modelos oficiais do desenvolvimento agro-pecuário da Bacia do Lima (1970: 39 vacas e 10 ha; 1972: 91 vacas e 35 ha) e da região de Entre-Douro e Minho (1979) (mínimo dos mínimos: 5 ha de SAU de regadio e 16 vacas, quando o número médio de vacas por exploração é apenas de 2) e a concentração dos esforços de modernização da agricultura da área de Dois Portos numa minoria de grandes agricultores.

De tudo isto resultou o panorama das explorações muito pequenas, mesmo em terrenos «sem aptidão agrícola», cultivados em função do autoconsumo familiar, as sociedades rurais desagregadas e empobrecidas pela emigração, mas onde a terra continua a ter preço muito elevado, a multiplicação regional dos operários-agricultores (terra herdada, comprada e mesmo arrendada), a pulverização dos patrimónios fundiários pela partilha igualitária entre os herdeiros... ao lado de algumas unidades muito modernizadas e até com certo cunho industrial (ramos animais). É, aliás, sabido que a grande exploração, capitalista ou colectiva, «não atinge níveis de intensificação que conduzam ao necessário aumento da produção agrícola» (p. 272), pelo que a implementação do mesmo modelo de desenvolvimento, além de necessariamente pontual (não esquecer a falta de flexibilidade da estrutura agrária e cara (logo selectiva), conduzirá a resultados decepcionantes, dos pontos de vista social e económico (economia de mão-de-obra, desemprego e êxodo agrícola; elevados investimentos, em parte estatais e a fundo perdido, os quais são condição básica da sua própria rentabilidade). Tem-se verificado, com efeito, fraca adesão dos grandes e médios agricultores aos modelos modernos e rentáveis propostos: a racionalidade económica (maximização do lucro ou dos resultados finais) apaga-se perante outros objectivos e os condicionalismos natural, familiar, social, técnico, económico e político em que os agricultores vivem («os agricultores têm boas razões para fazer o que fazem»: p. 287). No distrito de Aveiro a extensificação afirma-se naquelas explorações (vinha; floresta) enquanto os pequenos e médios agricultores intensificam os seus sistemas de produção, embora nem todos o façam, nem com a mesma prontidão (factores diversos, desde a idade à previdência social e ao aparelho de enquadramento).

No capítulo seguinte o autor procurou reunir um conjunto de «elementos para um modelo de desenvolvimento centrado nas pequenas e médias explorações agrícolas familiares» (p. 293), ou seja, na agricultura social — e não na agricultura competitiva — pela sua importância actual — % PAB, do emprego agrícola e da superfície regada, com maiores potencialidades de intensificação, conducente ao aumento da produção — e pelas suas perspectivas, sobretudo nas explorações com 1-4 ha e 4-20 ha ST (estratos considerados estratégicos pelo autor), pela importância social e económica e pela abertura a sistemas intensivos e ao mercado, respondendo a estí-

mulos — preços, crédito, apoio técnico, etc. — que permitam aumentar o seu rendimento e facilitar o seu trabalho: melhoria do nível e do género de vida dos agricultores e seus familiares, mas também melhoria do abastecimento alimentar das populações urbanas, da balança comercial, do emprego rural e de actividades induzidas, industriais, comerciais e de serviços, que não foram alcançadas com a proposta industrialista do desenvolvimento agrícola dos últimos decénios.

«Não é a realidade social que se deve conformar a um modelo de desenvolvimento agrícola tido como válido para todos os países e formações sociais, mas, pelo contrário, deve ser este a adequar-se àquela. São as características estruturais concretas da agricultura portuguesa, em especial no que se refere ao quantitativo da população activa agrícola e importância das diferentes classes de dimensão das explorações que deverão determinar e escolher» (p. 297). Deste modo, «os princípios de fundamentação da racionalidade económica, do ordenamento cultural, do sistema tecnológico e do aparelho de enquadramento deverão ser diferentes dos que têm servido de base ao modelo da grande exploração. O que está em causa, quanto a nós, é o modelo dominante na sua globalidade» (p. 301).

Como ao longo de todo o trabalho, AGOSTINHO de CARVALHO procurou alicerçar adequadamente a sua opinião, para o que recorreu à comparação das eficiências técnicas, económicas e energéticas de explorações de diferentes dimensões (explorações leiteiras da Beira Litoral e vinícolas da região do Oeste) (p. 304-310): na Beira Litoral só a produtividade do trabalho é mais baixa nas pequenas explorações, mas «o trabalho não é entre nós factor raro e (...) não é possível atingir altas produtividades do trabalho a não ser que se queira libertar mão-de-obra e aumentar o desemprego» (p. 308); no Oeste, a grande exploração é mais eficiente em termos monetários mas não em termos energéticos (além de que a sua eficiência técnica e económica traz grandes encargos à Administração Pública na regularização do mercado do vinho e subutiliza do ponto de vista colectivo um recurso natural raro, os solos de várzea: p. 310).

Mas o autor vai mais longe, ao salientar que as concepções básicas do modelo de desenvolvimento centrado na pequena e média agricultura «deverão partir do que na realidade são os agricultores familiares em Portugal, das características que lhes são próprias, e das que se ligam à sua natureza e à sua história» (p. 312), respeitando nomeadamente o seu apego à terra («a terra é uma ama e, mesmo quando se torna madrasta, nunca abandona os seus filhos»), a sua resistência em se manter como produtor independente, o seu individualismo (necessidade técnica: resposta pessoal oportuna a determinadas condições de trabalho e a certos problemas individuais, pois na agricultura familiar «não há receitas válidas para todas as circunstâncias»). Este explica o alcance limitado da cooperativa de produção, da agricultura de grupo e de actividades de produção em comum (vegetais e animais), que deverão «atender à interligação exploração individual/actividade em comum, subordinando esta última à lógica de funcionamento da primeira» (p. 317); daí o alcance importante da entre-ajuda, com cedência recíproca de equipamento e constituição de bancos de trabalho,

da realização de tarefas temporárias em equipa, das cooperativas de compra e venda ao nível da aldeia.

É certo que segundo o conceito capitalista de racionalidade económica, a esmagadora maioria das empresas agrícolas pequenas e médias (mas também muitas das grandes) são inviáveis: está em causa a rendibilização de um factor privilegiado, o capital (funditário e de exploração), critério não neutro e que legitima a marginalização de muitos produtores pelas medidas de política referentes ao crédito, à extensão, aos preços, à comercialização, etc. «As questões de natureza social e as respeitantes ao meio natural e às técnicas essenciais à reprodução e desenvolvimento da exploração agrícola familiar, são deste modo reduzidas ao económico (...). Dada a sua complexidade, a compreensão do comportamento do agricultor familiar só é possível integrando no mesmo sistema de explicação todos os factores que o influenciam na tomada de decisões (...). É o agricultor e a sua família, com os seus próprios valores e ideias, quer dizer, na sua totalidade, e na situação concreta em que vive que é preciso analisar. Em conclusão, a procura de uma racionalidade global que tenha em conta o conjunto família-exploração e cujo centro seja o agricultor» (p. 328) (rendimento indivisível; valores de uso correspondentes ao autoconsumo alimentar e à habitação; eficiência energética dos sistemas produtivos quando visam o autoconsumo, mas não eficiência em termos económicos, com remuneração adequada do trabalho e do capital — mercado, preços e lucros). Por outras palavras, «a rendibilidade global dos factores nada tem a ver com o funcionamento das explorações agrícolas familiares tal como elas existem. Não passa, na realidade, de pura abstracção, sem qualquer relação com a vida quotidiana do agricultor, com a situação concreta em que ele vive» (p. 332).

O mesmo se pode dizer de outros indicadores correntes, como receita do empresário, produtividade da terra em termos monetários (a substituir pelo rendimento da família e a corrigir com as potencialidades e limitações naturais da SAU: grau de utilização da capacidade de suporte, ou seja, da produção máxima do ecossistema, com a tecnologia disponível), e produtividade do trabalho (produção ou valor em dinheiro por unidade de tempo: dia/homem, concepção econométrica do tempo, muito diferente da do agricultor, que atende ao esforço físico e à fadiga, não separa rigidamente trabalho executivo, outras ocupações quotidianas, convívio, deslocações a feiras e mercados ou às cooperativas, básicas na sua informação e formação profissional, nem separa o trabalho do descanso), e que poderá ser substituída com vantagem pela produtividade energética do trabalho (bom indicador da eficiência do trabalho executivo do agricultor familiar).

É, pois, de reter que «a produção de valores de uso constitui um dos principais factores influentes no comportamento do agricultor familiar, marcando profundamente a utilização dos solos de que dispõe, as técnicas que utiliza, em suma, a globalidade do sistema de produção praticado e o seu ulterior desenvolvimento» (p. 341): o aumento da produção para o mercado não se faz, no geral, com diminuição, em termos absolutos e qualitativos, de géneros para consumo da família, salvo se mudarem muito a dimensão desta — ciclo da família — ou o padrão alimentar — urbani-

zação — ou ainda se houver introdução duma cultura comercial de grande rendimento imediato e pouco significativa como alimento básico (tomate, melão, morangos, etc.) e os subsídios alimentares baixarem consideravelmente o preço de alguns (pão, por exemplo).

Como factores-chave do desenvolvimento, AGOSTINHO de CARVALHO considerou o ordenamento cultural, as tecnologias e o aparelho de enquadramento. O primeiro, partindo dos objectivos, deverá atender às potencialidades naturais e a factores económicos e sociais e não apenas às limitações e potencialidades pedológicas (SROA), critérios «muito importantes mas que não podem por si determinar o uso agrícola ou não agrícola de um solo e de um modo absoluto (...)». Um solo com idênticas limitações e potencialidades tem para o serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário a mesma classificação (...), independentemente do clima e das condições sócio-económicas das zonas em que tais solos se situam (...). A noção de aptidão não tem sentido senão num determinado contexto económico, variável, e num determinado contexto social, que se pode modificar rapidamente, e a sua definição não é nem permanente nem universal» (p. 351-352). O sistema produtivo, segundo o autor, deveria pois «caminhar não no sentido de uma especialização mas sim no de uma diversificação, e esta deverá ter lugar não só ao nível da exploração agrícola (...) mas também no da industrialização (...). Só assim será possível ampliar a dimensão económica das unidades (...), melhorar o nível do emprego e atenuar a sua sazonalidade, e implantar sistemas produtivos ecologicamente adaptados a situações muito diferenciadas quanto ao modo de explorar a terra como são as que existem nas regiões minifundiárias portuguesas» (p. 321).

O autor critica também a concepção produtivista e determinista da técnica, tida como neutra e «encarada como um fim em si mesma, à margem dos homens e das condições concretas em que vivem» (p. 365), o que exemplifica com as campanhas de difusão do milho híbrido (p. 352-365). Na «visão tecnocrática do progresso técnico (...), que relega o Homem para um plano secundário, os agricultores do Minho devem transformar-se de acordo com as exigências inerentes à cultura do milho híbrido (solos férteis, água abundante, fortes adubações, etc.), mesmo que essa transformação não seja possível para grande parte deles, e por razões que lhe são estranhas, como a natureza dos solos e a disponibilidade de água de rega» (p. 366). Mas se defendermos o desenvolvimento agrícola com base nas pequenas e médias explorações familiares, a natureza da tecnologia será determinada pelos objectivos, logo deverá ser concebida como um conjunto de meios mecânicos, biológicos e químicos, apropriado à concretização do próprio desenvolvimento (adaptação ecológica; viabilidade social e económica), afastando-se da «tecnologia convencional predominante nos países industrializados, que se caracteriza essencialmente por uma alta tecnicidade e especialização, acentuada divisão do trabalho e grande consumo de energia e matérias-primas não renováveis» (p. 367).

AGOSTINHO DE CARVALHO pensa que a tecnologia apropriada «se adequa à lógica de funcionamento do conjunto família-exploração, responde a objectivos de manutenção e reprodução desse mesmo conjunto, e permite a melhoria, quer das

condições de trabalho, nomeadamente no que se refere à diminuição do esforço físico, quer das condições de vida, pelos acréscimos de produção que proporciona (...), moderados, mas seguros; (aqueles) constituirão a base de um processo de intensificação e diversificação com crescente autonomia, integrando diferentes tipos de técnicas, tanto as tradicionais e as modernas, como as consideradas intermédias (...) e em quaisquer condições o agricultor terá a possibilidade de as dominar» (p. 367). Deverão assim ser privilegiadas as tecnologias com maior incidência na produção, ou seja, as biológicas e químicas (sementes melhoradas, adubos, etc.), acompanhadas pelos equipamentos de rega e seguidas por algumas tecnologias mecânicas que diminuem o esforço físico (condição de intensificação e de retenção dos jovens), mas não pelas que apenas substituem mão-de-obra (alcance limitado da formação bruta de capital fixo), pelo menos enquanto a relação homem/terra for elevada⁽¹⁴⁾.

O autor defende esta sua opinião com o alcance possível do melhoramento dos milhos regionais, a implantação de salas de ordenha colectiva e o melhoramento dos efectivos leiteiros (tanto genético como do estado sanitário e do alimentar — rações e forragens). Nestes últimos aspectos, salienta-se que «a sala de ordenha colectiva teve em relação aos pequenos produtores da Beira Litoral (...) papel muito diferente do que lhe cabe na empresa patronal, onde a sua função é fundamentalmente a de poupar mão-de-obra. Também os critérios que presidem ao melhoramento da vaca leiteira se afastam do conceito generalizado de privilegiar a obtenção de altas produtividades por animal como um fim em si mesmo (...). Quer-se assim atender (...) à maneira como é explorada, ao meio onde vive e à lógica da unidade produtiva que a integra» (p. 391). A criação duma tecnologia apropriada implica, pois, uma investigação apropriada, não isolada em laboratórios e campos experimentais, mas «ensaiada nos campos dos agricultores, em colaboração com os mesmos» (p. 397) (problemas de comunicação e de extensão), não pautada por modas, não subordinada aos temas em voga, designadamente no campo da tecnologia biológica, «dada a sua importação não ser frequentemente coroada de êxito» (p. 398).

No que respeita ao aparelho de enquadramento, AGOSTINHO de CARVALHO recorda o papel das cooperativas e do Estado no aumento da produção de leite da Beira Litoral: recolha, créditos, subsídios para o equipamento de ordenha e de refrigeração, assistência médico-sanitária, contraste lacto-manteigueiro desencadeando um processo de emulação entre os associados, inseminação artificial, defesa de preços compensadores e regularidade dos pagamentos, seguro dos animais (mútuas), experimentação de forragens e difusão de sistemas de rega de aspersão a baixa pressão: na difusão de inovações o grupo substitui o agricultor-guia e o brio ao nível daquele acelera o processo de adopção. «Foram estas condições de enquadramento que em conjunto permitiram que os pequenos produtores da Beira Litoral, tidos como rotineiros, fechados ao progresso técnico, com explorações inviáveis, duplicassem a produção de leite em cinco anos e modernizassem o seu sistema produtivo em

(14) Evitar a alteração profunda dos solos de acordo com as exigências de determinadas culturas, actuando mais sobre a planta e menos sobre o meio natural e procurando a solução mais económica e mais rápida; produção de milhos «sintéticos» (polinização livre) em vez de híbridos (p. 379).

numerosos aspectos» (p. 393-394). Este tipo de agricultor «responde a medidas de política, intensifica a produção, moderniza-se, quando é criado um aparelho de enquadramento que o integra como produtor independente e atende às características que são inerentes à sua própria natureza» (idem). Torna-se por isso «necessário conhecer as necessidades, as atitudes e as limitações da mais diversa natureza com que a família agrícola se depara nas condições concretas em que vive, quer ecológicas, quer sociais, económicas e políticas. Não é a exploração agrícola isolada que deve ser estudada (...) mas a unidade de consumo (família) e a de produção (exploração) em todas as suas relações com o meio envolvente (entrajuda, baldios, utilização em comum de material, cooperativas de comercialização, empregos de membros da família na indústria, etc.). Embora a dimensão externa das explorações, de que algumas das variáveis indicadas nos dão a medida, seja tão importante como a sua superfície, não são, no entanto, geralmente tidas em conta na análise económica das explorações» (p. 395). E mais adiante; «são necessárias instituições de diferente natureza que enquadrem a exploração familiar na sua especificidade própria (...). São as formas cooperativas que não ponham em causa a autonomia da exploração agrícola familiar ao nível da produção e da propriedade da terra que respondem a tal exigência» (p. 396).

A problemática do leite do Noroeste, frequentemente referida nesta última parte do trabalho, fora já objecto duma outra publicação do autor ⁽¹⁵⁾, o que poderia tê-lo conduzido a referências mais sintéticas. Pensamos, aliás, que o texto desta III Parte é mais dispersivo do que o das anteriores, nomeadamente pelas citações por vezes demasiado longas e por algumas repetições que nos parecem desnecessárias. Todavia, em termos de balanço, consideramo-la de compreensão fácil, de leitura agradável, entusiasmante e estimulante da reflexão, de interrogações, de dúvidas acerca de muitas ideias passivamente aceites por muitos de nós... qualidade indiscutivelmente muito valiosa em qualquer livro, do romance à publicação científica.

A terminar este seu trabalho, AGOSTINHO de CARVALHO, depois de recordar que o «modelo de desenvolvimento da agricultura portuguesa tem que assentar numa avaliação realista dos condicionalismos concretos, actuais e previsíveis, de inserção desta actividade produtiva (...) (e deve considerar) como protagonistas principais os pequenos e médios agricultores familiares» (p. 403), e ainda que «uma nova e mais produtiva tecnologia deve ser adequada ao pequeno produtor e não tentar adaptar o pequeno agricultor à tecnologia concebida para as explorações com maior área» — como aconselharam recentemente os peritos da Fundação Rockefeller — salienta a urgência duma reflexão sobre a técnica agrícola e duma nova orientação da ciência agronómica, que englobe a diversidade de condições de trabalho do agricultor português, em síntese, «uma agronomia que, partindo de um melhor conhecimento do meio físico, privilegie a procura de tecnologias biológicas adaptadas a diferentes condições de produção» (p. 406).

CARMINDA CAVACO

(15) A. de CARVALHO e J. R. AMOS. *Que Futuro para a Produção Leiteira: Grande ou Pequena Exploração?* Instituto Gulbenkian de Ciência, CEEA, Oeiras 1982.